

"A cultura é a inversão da vida".

Velhice, juventude e política nos idos do “maio de 1968”

Alarcon Agra do Ó*



Colocando a questão

“Maio de 68”, em incontáveis séries enunciativas, passa por ser a explicitação de uma fratura no tempo e nas relações sociais – inclusive nas relações que os indivíduos mantém consigo mesmos –, ela se condensando no gesto que ilumina e legitima os corpos jovens, ao mesmo tempo lançando para as sombras os corpos vincados pela idade.

Procuro, neste artigo, pensar algumas nuances desse cenário, a partir de um ponto de vista interessado em explorar contornos da experiência histórica da velhice no Brasil contemporâneo. É o que tenho feito, aliás, nos últimos anos: pensar experiências históricas tentando encontrar nelas tensões que relaciono à mutação demográfica e cultural que marca o ocidente nos últimos

cem anos, e que é geralmente descrita como a intensificação quantitativa e qualitativa da velhice.

Ora, demógrafos e cientistas sociais atestam isso em trabalhos tanto variados quanto numerosos: há cada vez mais pessoas velhas no mundo, dado que a expectativa de vida tem aumentado para quase todas as frações da sociedade, enquanto as taxas de natalidade caem ano a ano. Com isso tem tomado fôlego o debate acerca dos sentidos do envelhecimento: de sua história, de sua geografia, de suas implicações nas políticas de verdade que atravessam e constituem as experiências históricas ao longo dos últimos cem anos.

É dialogando com tais *verdades* que pretendo, aqui, construir um olhar por sobre “Maio de 68”, a partir da reflexão sobre algumas das pichações dos muros de Paris quando daquele evento, pensando-o como um dispositivo *humano, demasiado humano* que me permite pensar nos sentidos que podem ser, e são, construídos quanto à velhice nos limites dos sonhos individuais e coletivos que movem e derivam da história.

Antes de adiantar as páginas seguintes, devo registrar que uma versão inicial deste texto foi apresentada numa agradável sessão de trabalho junto a alunos e professores da Unidade Acadêmica de Letras da Universidade Federal de Campina Grande, aos quais agradeço a acolhida, a escuta e as contribuições. Muito do que está aqui não teria sido sequer pensado sem aquele debate – mas, obviamente, ninguém que esteve ali deve se sentir culpado pelas imperfeições do texto.

Explorando a questão

* Licenciado em História e Mestre em Educação pela UFPB. Doutor em História pela UFPE. Professor da Unidade Acadêmica de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG.

Maio de 1968 interessa ao historiador menos como um evento a ser descrito nas suas minúcias, como se por sobre ele se voltasse o mais metucioso dos antiquários, do que como um monumento múltiplo, diverso, heterogêneo, disperso, densamente significativo – mesmo passados quarenta anos de sua fabricação primeira.

Os “fatos históricos”, nós sabemos desde há muito, não existem a não ser sob a forma de sua reinvenção permanente a cada instante. Os diversos rostos de Maio de 1968, assim, são os diversos rostos do tempo que é o do seu futuro e, quem sabe, o nosso presente. O trabalho do historiador, neste sentido, é o de inquirir cada presente que toma Maio de 1968 como o seu passado, perguntando-lhe: o que você vê de si ao atualizar como história aquele evento específico?

Ora, uma das imagens mais recorrentes acerca de Maio de 1968 diz respeito à sua consideração enquanto um momento de ruptura na história das lutas políticas contemporâneas. (RÉMOND, 2003) O que se diz, e com grande insistência, nos últimos quarenta anos, é que aquele mês foi um instante de reordenação dos embates na cena pública. As contestações que, embaralhadas umas às outras, o teriam tramado, e às suas lutas, teriam reinventado e luta política, pela afirmação radical da validade da ação e da multidão como forças históricas, como interlocutores maximamente legitimados. Uma multidão, ainda mais, operada a partir da força de operários e estudantes que se aliavam pela proximidade de projetos políticos ancorados numa aversão ao presente que se baseava na juventude dos indivíduos que, então, faziam mover a história. (MATOS, 1989; VALLE, 2008)

Em outras palavras, Maio de 1968 teria inaugurado um novo debate público e uma nova luta política, isto tendo se dado mediante a entrada em cena de um agente singular e profundamente relevante. Trata-se, este personagem cuja aparição no palco das lutas sociais mudaria a face do mundo, da juventude. De uma juventude, dirá François Dosse, “exigente”, mobilizada por uma “febre existencial” em meio à qual ela grita contra o perigo da sua própria semelhança em relação a quem lhe supera em anos vividos. (DOSSE, 2007, 2. vol., p. 147.)

Ora, Maio de 1968, nas suas enunciações mais imediatas e na voz de quase todos os seus intérpretes, inventou para si um passado enquanto fabricava a si mesmo como hora do novo, como hora da diferença. Principalmente, Maio de 1968 disse de si mesmo, e sua versão foi assumida por um grande número de seus pensadores, como sendo o instante de invenção de uma nova configuração das experiências etárias na sociedade ocidental. (VENTURA, 2008a, 2008b)

O que quero dizer é que uma *verdade* que foi sendo assentada com o tempo aponta que Maio de 1968 representou uma ruptura na história das experiências geracionais, especialmente no que diz respeito às lutas políticas. Naquele momento teria se dado a eclosão de uma singular predominância da juventude por sobre a maturidade no jogo político. Aquele teria sido um instante de rebelião juvenil que mudaria o mundo inclusive – e quase diria principalmente – porque oporia os jovens aos velhos, para descrédito destes últimos. Cabe pensar sobre isso.

Poderia começar com a frase que dá título a este texto, e que foi escrita nos muros de Paris nos dias “desvairados”, como quer o historiador inglês Eric Hobsbawm, de Maio de 1968. (HOBSBAWM, 1995, p. 322) Naquela circunstância, e esta é uma hipótese de leitura já bastante comum, pensar a cultura como uma inversão da vida era recusar algo já assentado na *tradição*, em nome de práticas outras, de gestos outros, de verdades

outras. O implícito daquela sentença era a valorização do segundo termo da oposição, num jogo que não escondia suas regras.

Como já disse a historiografia, Maio de 1968 pode ser pensado como uma complexa manifestação de repulsa, capitaneada por jovens, em relação a um conjunto de formas de experimentação da economia (“a economia está ferida, pois que morra!”), do trabalho (“trabalhador: você tem vinte e cinco anos, mas seu sindicato é de outro século”), da política e das relações internacionais que pareciam, aos olhos dos militantes, equivocados e arcaicos (“parem o mundo, eu quero descer!”). Eles se levantavam, assim, contra a submissão crescente da formação escolar às regras do mercado (“professores, vocês nos fazem envelhecer”); às pretensões de legitimidade que cercavam as ações dos EUA ou da URSS frente a países situados nas suas zonas de influência (“amem-se uns aos outros”); à valorização de códigos morais justificada pela sua dimensão *tradicional*.

O pichador que dava visibilidade àquela idéia (a oposição entre cultura e vida) partia do suposto de que a vida era um valor soberano, em nome do qual valia a pena enfrentar quaisquer inimigos, fossem eles a polícia ou... a cultura. Sim, porque no contexto de enunciação daquela sentença, a cultura era, para muitos, a inimiga da vida (“a arte está morta, liberemos nossa vida cotidiana”).

Cristalizada em instituições acadêmicas dotadas de prestígio, mas, para muitos, pouco acolhedoras, e, mesmo, adversas, a cultura era o grande adversário da vida. Tornada presente em leis, regras e códigos que disciplinavam o ser dos corpos na vida em geral, fosse ela experimentada no amor, na guerra ou no trabalho, a cultura era uma cadeia e não uma libertação. Ela impedia o fluxo que muitos imaginavam naturalmente livre dos desejos, da criação, da inventividade (“a imaginação toma o poder”). A história precisava se libertar de amarras que a imobilizavam, o que se daria mediante a violência e a radicalidade que a juventude trazia consigo. A cultura, ao contrário da força dos jovens, era uma máscara que era imposta ao rosto da sociedade, especialmente dos seus membros mais jovens, para cegá-los, para emprestar-lhes um rosto terrível, mas tranquilizador para as forças da ordem, da tradição, da memória, do já estabelecido (“as paredes têm ouvidos; seus ouvidos têm paredes”).

Um personagem da época, Algirdas-Julien Greimas, importante lingüista e pesquisador da semiótica, relatou que entre 1968 e 1972 quase não conseguia trabalhar, dada a disseminação intensa, entre os estudantes, da desvalorização da ciência, tomada então por um saber ideológico que deveria ser submetido às regras da vida. (DOSSE, 2007, 2. vol., p. 150)

A cultura foi, então, apresentada a todos no papiro da ocasião, os muros de Paris, como o grande demônio a ser combatido. Curiosamente, entretanto, ela seria o alvo de críticas tão ácidas em nome de uma vida que se apresentava não como uma potência metafísica qualquer, mas como uma condição do ser que se atualizava em práticas... culturais.

Isso mesmo: a vida que se opunha à cultura era uma vida que só dizia a si mesma em versos, em manifestos, em discursos, em gestos ousados de corpos que se lançavam contra as forças do Estado. Ou, ainda, a cultura se atualizava, como arma da juventude contra a moral capitalista decadente (“a mercadoria é o ópio do povo”), sob a forma de cartazes ou slogans que ecoavam ao longe a dinâmica da publicidade então em expansão (“abaixo a sociedade de consumo!”). Era através de novos sentidos

emprestados a práticas antigas e novas que a vida se realizava, na sua batalha contra a cultura. E, assim, a cultura deixava de inverter a vida para tornar-se nela mesma.

Estranho paradoxo das revoluções: transtornam para instaurar; derrubam para construir. Mas o mais importante é ainda outra coisa. A crermos na voz dos protagonistas de Maio de 1968, toda a cultura que eles colocavam em funcionamento, na sua luta em prol da vida, era muito distinta daquilo que era praticado no passado. 1968 foi figurado por seus inventores como uma ruptura significativa em relação ao passado, como a brecha que certo futuro havia encontrado para se realizar.

É ainda Eric Hobsbawm que oferece algumas indicações importantes para se pensar em tais questões. Ele aponta que os anos 1960 foram marcados, no ocidente, pela eclosão de uma cultura juvenil nunca antes tornada visível na cena pública. Teria se dado, naquela ocasião, uma mudança radical nos modos pelos quais as gerações se relacionavam, com sensível prejuízo para os indivíduos mais maduros, em favor dos personagens mais jovens. (HOBSBAWM, 1995)

Através de estratégias políticas já conhecidas, ou, mesmo, mediante o recurso a expedientes novos e surpreendentes, massas de jovens, coesas justamente por conta de sua relativa homogeneidade etária, entraram bruscamente no espaço da cena pública, buscando inventar os seus próprios territórios existenciais e políticos (“a novidade é revolucionária; a verdade também”).

A juventude, então, se mostrava como uma experiência quase final da humanidade, no sentido de que os seus porta-vozes não reconheciam legitimidade em interlocutores que já freqüentassem os anos da maturidade e, quem sabe, o horror da velhice. Os motins operários e estudantis, as contestações universitárias e sociais, foram, diz Hobsbawm, uma das manifestações mais evidentes de tal tendência – mas ainda podem ser mencionados eventos como, por exemplo, a proliferação, especialmente no mundo das artes, de imagens socialmente legitimadas de heróis que se singularizavam justamente porque sua juventude os identificava.

Havia personagens maduros, envelhecidos, no fragor do “Maio de 68”? Sim, claro: professores, artistas, militantes. Jean-Paul Sartre parecia condensar em si uma presença, no movimento, de uma idade que não era a da juventude. Mas ele, como os demais que dele se aproximavam por critérios geracionais, apareciam no movimento como vozes que só eram autorizadas ou legitimadas porque se faziam como porta-vozes da defesa dos jovens. Era porque eles produziam um discurso de legitimação da força política da juventude que eram aceitos e, no limite, cultuados. (DOSSE, 2007, 2. vol., p. 147e segs.)

Maio de 1968, neste sentido, tornou-se, na memória histórica da segunda metade do século XX, um instante de experimentação de novos modos de organização da vida pública, em relação aos jogos etários. O seu caráter de singularidade seria, então, o de dar forma a um embate que, vivido de forma plural e complexa, deixava-se acolher sob a idéia de um conflito etário. Maio de 1968 seria o momento da história em que a idade se tornara num elemento não apenas capaz de produzir identidades sociais, mas, ainda de forma mais dramática, matriz do reordenamento dos conflitos sociais. (VENTURA, 2008a, 2008b)

Desde ali, a juventude passou a ser dita, de forma radicalmente nova, como um estágio do desenvolvimento humano que bastava a si mesmo. O jovem não seria, nunca mais,

um intermediário entre a criança e o homem adulto – e, aliás, seria em nome da experiência da juventude que as idéias de infância e de maturidade se reinventariam.

Lutava-se, em Maio de 1968, contra um mundo que se definia como intolerável: um mundo que acolhia em si os bombardeios norte-americanos contra os civis vietnamitas; um mundo no qual os estudantes viam como o desenho do seu futuro à submissão a um capitalismo cada vez mais impessoal e massacrante; um mundo no qual o saber e o poder se irmanam, numa promiscuidade que acabava por relegar às margens a criação, a invenção, o sonho (“abaixo do calçamento está a praia”).

As barricadas, forma física da recusa dos jovens em aceitar o mundo ao seu redor e que estava se entranhando em seus corpos e em seus destinos, eram uma barreira também metafórica (“a barricada fecha a rua, mas abre a via”). Contra um mundo adverso de repetições maquínicas que objetivavam produzir em cada corpo automatismos, o remédio era bradar: “a ação não deve ser uma reação, mas uma criação”.

As ruas cheias de jovens, os jovens organizados em grupos, uma idéia de coletividade que se opunha à sociedade ordenada pelo capitalismo e ao individualismo que ali se alimentava – a imagem mais banal de Maio de 1968 traz à cena a memória de uma luta contra o sono, contra a inércia, contra a acomodação. Vê-se, ali uma guerra de guerrilhas contra tudo quanto parecesse velho (“os jovens fazem amor, os velhos fazem gestos obscenos”).

Encerrando (?) a questão

Ao problematizar a experiência política a partir de um ângulo que se estabelecia mediante uma identificação dos indivíduos (e das práticas) dependente de quadros etários, Maio de 1968 funcionava e funciona como mais uma engrenagem da maquinaria biopolítica posta em ação no ocidente desde meados do século XIX. Maio de 1968 pode ser lido, então, como um movimento complexo e multifacetado, e que teve como uma de suas implicações o fortalecimento da idéia de que a velhice é um mal social que precisa ser contornado (“corram camaradas, o velho mundo está atrás de vocês”). Como diz a antropóloga Guita Debert, desde os anos 1960 que o ocidente conhece uma espécie de produção singular da experiência etária, pela qual o ser dos sujeitos sociais se vê preso à obrigação de uma juventude eterna e obrigatória. (DEBERT, 1999)

Aquele célebre mês, assim, pode e deve ser pensado, com o auxílio da historiografia, como um instante privilegiado para se explorar os modos pelos quais a sociedade ocidental contemporânea vem inventando a si mesma, afastando-se da velhice. Maio de 1968 emerge, quando construído por um olhar histórico-historiográfico preocupado com a problematização das experiências etárias, como um momento particularmente feliz para se pensar como, socialmente, processos biológicos são investidos de sentido, produzindo daí efeitos insuspeitados.

Maio de 1968: um chamamento à reinvenção das idades e das suas relações. Como nós nos colocamos em relação a ele? Em que medida ele é o nosso passado? Que juventude e que velhice construímos para nós mesmos, a partir do acionamento da memória acerca daquele mês? Ou, como diria Michel Foucault, o que estamos fazendo de nós mesmos, quando celebramos Maio de 1968?

Bibliografia

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice*. Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da UNESP; FAPESP, 1999.

DOSSE, François. *História do estruturalismo*. Bauru, SP: EDUSC, 2007, 2. vols.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. O breve século XX (1914-1989). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MATOS, Olgária C. F. *1968 – as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RÉMOND, René. (dir.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968 – o diálogo e a violência política*. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

VENTURA, Zuenir. *1968 – o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2008a.

_____. *1968 – o que fizemos de nós*. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2008b.